



PBPC

ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex



Indexado no
Acadêmico

INFLUÊNCIA DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS NA FORMAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Matheus de Lima Menezes¹, Francisca Marta Nascimento de Oliveira Freitas², Rosimar Honorato Lobo³



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p2624-2635>

Artigo recebido em 26 de Março e publicado em 26 de Maio de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente estudo analisa a influência dos fatores socioeconômicos e culturais na formação dos hábitos alimentares de famílias em vulnerabilidade social. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem mista, com caráter exploratório-descritivo, utilizando fontes secundárias, revisão integrativa, documentos oficiais e dados públicos da POF e da PNAD. Os resultados indicam que a renda familiar, o preço dos alimentos e as condições de acesso exercem forte impacto sobre a escolha alimentar, favorecendo o consumo de produtos de menor custo e maior praticidade. Também foi observada a influência de aspectos culturais, como a organização doméstica, a sobrecarga feminina no cuidado alimentar e a falta de tempo para o preparo das refeições, fatores que contribuem para a substituição de alimentos tradicionais por ultraprocessados. A discussão mostra que os hábitos alimentares não dependem apenas de escolhas individuais, mas de condições sociais, econômicas e estruturais que limitam a alimentação saudável. Conclui-se que programas sociais ajudam a reduzir a insegurança alimentar, mas precisam ser acompanhados de políticas públicas e ações territoriais mais amplas para garantir melhor acesso a alimentos saudáveis e promover equidade alimentar.

Palavras-chave: Hábitos alimentares, Vulnerabilidade social, Fatores socioeconômicos, Alimentação saudável, Alimentos ultraprocessados.

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: matheus.dlm.nutri@gmail.com

² Orientadora do TCC, Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: francisca.freitas@fametro.edu.br

³ Co-orientador(a) do TCC, Nutricionista formada pela Universidade Nilton Lins. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: rosimar.lobo@fametro.edu.br



INFLUENCE OF SOCIOECONOMIC AND CULTURAL FACTORS ON THE FORMATION OF EATING HABITS IN SOCIALLY VULNERABLE FAMILIES

ABSTRACT

This study analyzes the influence of socioeconomic and cultural factors on the formation of dietary habits among socially vulnerable families. The research was conducted using a mixed-methods approach with an exploratory-descriptive focus, drawing on secondary sources, an integrative review, official documents, and public data from the POF and PNAD. The results indicate that family income, food prices, and access conditions have a strong impact on food choices, favoring the consumption of lower-cost and more convenient products. The influence of cultural aspects was also observed, such as domestic organization, the burden on women regarding food preparation, and the lack of time to prepare meals—factors that contribute to the replacement of traditional foods with ultra-processed ones. The discussion shows that dietary habits do not depend solely on individual choices, but on social, economic, and structural conditions that limit healthy eating. It is concluded that social programs help reduce food insecurity, but they must be accompanied by broader public policies and local initiatives to ensure better access to healthy foods and promote food equity.

Keyword: Eating habits, Social vulnerability, Socioeconomic factors, Healthy eating, Ultra-processed foods.

1 INTRODUÇÃO

A configuração das práticas alimentares contemporâneas no Brasil tem sido profundamente marcada por processos de mudança estrutural na oferta, no acesso e nas preferências alimentares da população. Nas últimas décadas, verificou-se uma expansão dos mercados de alimentos industrializados e ultraprocessados, acompanhada por transformações nos modos de vida, urbanização acelerada, alterações na organização do trabalho e redução do tempo destinado ao preparo de refeições, que vêm repercutindo diretamente sobre a composição da dieta familiar (Monteiro *et al.*, 2018; Moriguchi *et al.*, 2022; Louzada *et al.*, 2023).

Esses fenômenos não são homogêneos: distribuem-se de forma desigual no espaço e entre estratos sociais, produzindo padrões alimentares diferenciados e acentuando iniquidades nutricionais existentes (Mendes *et al.*, 2023; Honório *et al.*, 2024). Em particular, famílias em situação de vulnerabilidade social, definidas por renda insuficiente, insegurança alimentar, precariedade habitacional e restrições ao acesso físico e econômico a alimentos frescos, enfrentam barreiras específicas para adotar dietas saudáveis, o que coloca em risco o desenvolvimento, o bem-estar e a saúde ao longo do ciclo de vida (UNICEF, 2021; Chapanski *et al.*, 2021; Veiga *et al.*, 2024).

No âmbito teórico, a transição nutricional, entendida como o deslocamento de dietas tradicionais baseadas em alimentos *in natura* para padrões com maior participação de produtos ultraprocessados, fornece um quadro analítico capaz de articular transformações de oferta, determinantes socioeconômicos e consequências em saúde pública. Pesquisas nacionais, como POF E PNAD, têm mostrado que a participação calórica dos ultraprocessados cresceu nas últimas décadas, com diferenciações regionais e por posição socioeconômica, o que reforça a necessidade de análises que considerem tanto fatores macro (políticas, mercado, infraestrutura) quanto micro (rotinas domésticas, saberes alimentares, preferências) ao estudar a formação dos hábitos alimentares (Da Costa Louzada *et al.*, 2015; Antunes *et al.*, 2021; Canella *et al.*, 2020).

No contexto das periferias urbanas e das populações vulneráveis, a interação entre limitação orçamentária, ambiente alimentar adverso (desertos e pântanos alimentares) e pressões por praticidade cria um cenário propício à adoção de preparações prontas e produtos industrializados, independentemente do nível de conhecimento nutricional dos indivíduos (Claro, 2010; Mendes *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2024).

A produção de conhecimento sobre os determinantes dos hábitos alimentares em famílias em vulnerabilidade social reveste-se de elevada relevância científica e social, por articular impactos diretos sobre nutrição, saúde coletiva e equidade. No Brasil, a transição nutricional, caracterizada pelo aumento da participação de alimentos ultraprocessados na dieta, tem avançado de modo heterogêneo, ampliando riscos de doenças crônicas sem, contudo, reduzir de forma inequívoca formas de insegurança alimentar.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar os fatores socioeconômicos e culturais na formação dos hábitos alimentares de famílias em vulnerabilidade social, tendo por objetivos específicos: Investigar os determinantes socioeconômicos e culturais associados ao consumo de alimentos ultraprocessados no contexto de vulnerabilidade social; Avaliar a efetividade das políticas públicas locais e programas sociais existentes no âmbito da segurança alimentar na promoção do acesso alimentos saudáveis; Reconhecer recomendações de intervenção (políticas públicas e ações comunitárias) baseadas nas evidências coletadas, priorizando viabilidade local e equidade.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa aplicada de abordagem mista (quali-quantitativa) e caráter exploratório-descritivo, fundamentada exclusivamente em fontes secundárias. Adota-se um desenho documental e de revisão integrativa, complementado por análise quantitativa de bases públicas (POF e PNAD) e por síntese qualitativa da produção científica e de documentos de política pública.

A dimensão quantitativa visa descrever e quantificar padrões de consumo, por exemplo, a participação calórica de grupos alimentares segundo a classificação NOVA, em diferentes estratos socioeconômicos e territoriais; já a dimensão qualitativa busca interpretar representações, determinantes culturais e avaliações de políticas descritas na literatura. (Louzada *et al.*, 2023; Monteiro *et al.*, 2018).

2.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi organizada em três frentes complementares. A primeira refere-se a informações consolidadas de bases oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo relatórios e resultados publicados da Pesquisa de Orçamentos

Familiares (POF 2008–2009 e 2017–2018) e de rodadas pertinentes da PNAD, bem como notas técnicas relacionadas ao consumo alimentar e à segurança alimentar. Foram utilizados dados já publicados, sem manipulação de microdados brutos, de modo a subsidiar a análise dos determinantes socioeconômicos e culturais na formação dos hábitos alimentares em famílias em situação de vulnerabilidade social.

A segunda frente corresponde à literatura científica: foi realizada busca sistemática em bases eletrônicas (SciELO, PubMed/Medline, Web of Science e Google Scholar) para identificar artigos, revisões e estudos de caso publicados preferencialmente na última década (2015–2025). A estratégia de busca combinou termos em português e inglês, por exemplo, “hábitos alimentares”, “ultraprocessados”, “vulnerabilidade social”, “desertos alimentares”, “POF”, “PNAD”, “insegurança alimentar”, “periferia”, e contemplará artigos empíricos, revisões e análises de políticas. Ficaram inelegíveis trabalhos sem revisão por pares, salvo relatórios institucionais relevantes (IBGE, FAO, UNICEF, observatórios).

A terceira frente abrange documentos de políticas e relatórios técnicos: foram coletados documentos oficiais municipais, estaduais e federais, relatórios de observatórios de hábitos alimentares e notas técnicas de organizações governamentais e não governamentais.

2.3 Análise de dados

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, a partir da leitura, interpretação crítica e sistematização do material obtido na revisão bibliográfica e documental. As informações coletadas em artigos científicos, relatórios oficiais, documentos de políticas públicas e bases secundárias (como POF e PNAD) foram organizadas por temas centrais relacionados à formação dos hábitos alimentares de famílias em vulnerabilidade social, incluindo determinantes socioeconômicos, culturais e ambientais.

O processo de análise consiste na identificação de convergências, divergências e lacunas entre os diferentes autores e fontes, permitindo uma compreensão integrada das influências que moldam os padrões alimentares. Temas como o consumo de alimentos ultraprocessados, influência da renda e escolaridade, praticidade na escolha de alimentos, acesso a mercados e características do ambiente alimentar, bem como dimensões culturais e sociais, foram sistematicamente analisados e comparados.

A síntese resultante permitiu construir um quadro teórico consistente sobre a relação entre fatores socioeconômicos, culturais e ambientais e os hábitos alimentares de famílias em vulnerabilidade social, fornecendo embasamento para a discussão dos resultados e para a proposição de recomendações de políticas públicas e ações comunitárias voltadas à promoção de alimentação saudável.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que a renda familiar constitui um dos principais determinantes dos hábitos alimentares em contextos de vulnerabilidade social. Observa-se que famílias de menor renda apresentam maior dificuldade de acesso a alimentos in natura, priorizando alimentos de menor custo e maior densidade energética (Claro, 2010; Da Costa Louzada *et al.*, 2015).

Tabela 1 - Caracterização socioeconômica das famílias

Autor (ano)	Número de participantes	Faixa etária dos responsáveis	Renda familiar	Programa social que tem acesso
Claro (2010)	Não relatado; 48.470 domicílios	Não relatado	Renda familiar influenciou a aquisição de frutas e hortaliças	Não relatado
Chapanski et al. (2021)	Não relatado	Não relatado; estudo com crianças de 18–35 meses	Associação com fatores sociodemográficos e insegurança alimentar	Não relatado
Serenini et al. (2023)	Não relatado; 10 adolescentes	Não relatado	Contexto de vulnerabilidade vinculada ao Bolsa Família	Programa Bolsa Família

A presença de programas sociais, como o Bolsa Família, aparece como estratégia importante para mitigação da insegurança alimentar, embora não seja suficiente para garantir uma alimentação saudável, devido às limitações estruturais do ambiente alimentar (UNICEF, 2021; Serenini *et al.*, 2023).

As práticas alimentares observadas demonstram forte influência de fatores culturais e sociais, especialmente relacionados à organização doméstica e ao papel de gênero. A

responsabilidade pelo preparo dos alimentos recai majoritariamente sobre as mulheres, o que, associado à sobrecarga de trabalho, contribui para a adoção de alimentos práticos e ultraprocessados (Silva *et al.*, 2022; Silva; Recine, 2023).

Tabela 2 - Características culturais relacionadas à alimentação

Autor (ano)	Região	Práticas alimentares tradicionais	Presença de refeições em família	Conhecimento sobre alimentação saudável
Bento <i>et al.</i> (2015)	Belo Horizonte/ MG	Hábito alimentar apareceu como dificuldade/condicionante	Não relatado	Sim, o estudo aborda percepções sobre alimentação saudável
Silva <i>et al.</i> (2023)	Brasil	Papel social/cultural das mulheres no cuidado alimentar	Implicação indireta no ambiente doméstico	Discussão sobre promoção da alimentação saudável
Marsola <i>et al.</i> (2020)	Brasil	Motivos de escolha alimentar ligados a praticidade e outras motivações	Não relatado	Não é o foco principal

Observa-se ainda que, embora exista conhecimento sobre alimentação saudável, fatores como tempo, custo e disponibilidade limitam sua aplicação no cotidiano (Bento *et al.*, 2015; Marsola *et al.*, 2020).

O padrão alimentar identificado caracteriza-se pela coexistência de alimentos tradicionais, como arroz e feijão, com crescente consumo de alimentos ultraprocessados. A frequência de consumo desses produtos está associada à praticidade, ao preço e à disponibilidade no ambiente alimentar (Antunes *et al.*, 2021; Louzada *et al.*, 2023).

Tabela 3 - Padrão de consumo alimentar

Autor (ano)	Frequência de consumo de grupos alimentares	Número de refeições diárias	Substituição de refeição por lanche
Antunes <i>et al.</i> (2021)	Manutenção do padrão “tradicional” (arroz, feijão e carne); adesão varia por renda e escolaridade	Não relatado	Não relatado

Costa <i>et al.</i> (2021)	Ultraprocessados consumidos com alta frequência entre adultos das 27 capitais	Não relatado	Não relatado
Olivier <i>et al.</i> (2023)	76,3% deixaram de comprar frutas e hortaliças por preço	69,9% deixaram de preparar uma refeição por falta de tempo	Indica substituição por opções mais práticas

Destaca-se ainda a substituição de refeições tradicionais por lanches rápidos, fenômeno relacionado à falta de tempo e às condições de trabalho das famílias (Marsola *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2024).

A análise dos fatores associados aos hábitos alimentares permitiu identificar múltiplos determinantes de risco, como baixa renda, insegurança alimentar, falta de tempo e acesso limitado a alimentos saudáveis (Claro, 2010; Bezerra *et al.*, 2020; Cunha *et al.*, 2022).

Tabela 4 - Fatores de risco e proteção

Autor (ano)	Fatores identificados	Classificação (risco ou proteção)	Impacto observado
Claro (2010)	Baixa renda e preço dos alimentos	Risco	Menor aquisição de frutas e hortaliças
Bento <i>et al.</i> (2015)	Falta de tempo, recursos financeiros, hábito alimentar	Risco	Dificuldade para manter alimentação saudável
Marsola <i>et al.</i> (2020)	Praticidade como motivo de escolha; renda, escolaridade e jornada de trabalho	Risco quando favorece ultraprocessados	Maior peso da conveniência nas decisões alimentares
Silva; Recine (2023)	Papel de gênero e sobrecarga do cuidado alimentar	Risco	Afeta o ambiente alimentar doméstico e a promoção da alimentação saudável
Serenini <i>et al.</i> (2023)	Percepção de insegurança alimentar no domicílio e vivência com Bolsa Família	Risco	Mostra que adolescentes reconhecem a insegurança alimentar e seus efeitos

Por outro lado, fatores de proteção incluem o acesso a programas sociais, presença de práticas alimentares tradicionais e conhecimento nutricional, embora estes últimos apresentem impacto limitado quando não acompanhados de melhorias estruturais no ambiente alimentar (UNICEF, 2021; Baptista *et al.*, 2023).

Os achados deste estudo evidenciam que os hábitos alimentares de famílias em vulnerabilidade social não são resultado exclusivo de escolhas individuais, mas sim de uma complexa interação entre fatores socioeconômicos, culturais e estruturais (Monteiro *et al.*, 2018; Louzada *et al.*, 2023).

A renda familiar e os preços dos alimentos emergem como determinantes centrais, condicionando o acesso e a qualidade da dieta (Claro, 2010). Simultaneamente, fatores culturais, como organização doméstica e papéis de gênero, influenciam diretamente as práticas alimentares (Silva; Recine, 2023).

No que se refere às políticas públicas, observa-se que programas de transferência de renda contribuem para o acesso alimentar, porém apresentam limitações quando não associados a ações que melhorem a disponibilidade e a acessibilidade de alimentos saudáveis no território (Moriguchi *et al.*, 2022; FAO, 2019).

Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de intervenções integradas, que articulem políticas econômicas, ações territoriais e estratégias de educação alimentar, visando reduzir desigualdades e promover a equidade alimentar (Mendes *et al.*, 2023; Honório *et al.*, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos hábitos alimentares de famílias em vulnerabilidade social é resultado de uma combinação de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais, e não apenas de escolhas individuais. Observou-se que a baixa renda, o alto preço dos alimentos saudáveis, a limitação de tempo para o preparo das refeições e a dificuldade de acesso físico a alimentos *in natura* influenciam diretamente o padrão alimentar dessas famílias, favorecendo o consumo de produtos ultraprocessados e de menor custo.

Além disso, os aspectos culturais e sociais também exercem papel importante nesse processo, especialmente a sobrecarga feminina no cuidado com a alimentação e a organização doméstica, que muitas vezes levam à busca por praticidade no cotidiano. Dessa forma, mesmo quando há algum conhecimento sobre alimentação saudável, as condições de vida podem dificultar a adoção de hábitos mais adequados.

Conclui-se que programas sociais contribuem para amenizar a insegurança alimentar, mas, isoladamente, não são suficientes para promover uma alimentação saudável de forma

consistente. Assim, faz-se necessária a ampliação de políticas públicas integradas, com ações voltadas à melhoria do acesso, da disponibilidade e da equidade alimentar, considerando as particularidades dos territórios e das famílias em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. B. S.; et al. Dietary patterns of Brazilian adults in 2008–2009 and 2017–2018. (análise de padrões alimentares com dados da POF). Publicação em acesso aberto / PMC, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8647980/>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- CANELLA, D. S.; DURAN, A. C.; CLARO, R. M. Malnutrition in all its forms and social inequalities in Brazil. *Public Health Nutrition*, v. 23, supl. 1, s29–s38, 2020. DOI: 10.1017/S136898001900274X. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10200539/>. Acesso em: 08 set. 2025.
- CHAPANSKI, V. R.; COSTA, M. D.; FRAIZ, G. M.; HÖFELMANN, D. A.; FRAIZ, F. C. Insegurança alimentar e fatores sociodemográficos em crianças de São José dos Pinhais, Paraná, 2017: estudo transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 30, n. 4, 2021. DOI: 10.1590/S1679-49742021000400008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/kRXLbWwhL6XwGnthKxfDz8k/>. Acesso em: 07 set. 2025.
- CLARO, R. M.; MONTEIRO, C. A. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 44, n. 6, p. 1014–1020, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/GxmpXGDN6zHmh8sqDrXDn5j/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- CLARO, R. M. Influência da renda familiar e dos preços dos alimentos sobre a composição da dieta consumida nos domicílios brasileiros (tese / artigos derivados, 2010). *Revista de Saúde Pública* / tese USP. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1151470>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- DA COSTA LOUZADA, M. L.; et al. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, p. 38, 2015. DOI: 10.1590/S0034-8910.2015049006132. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dm9XvfGy88W3WwQGBKrRnXh/>. Acesso em: 08 set. 2025.
- HONÓRIO, O. S.; PESSOA, M. C.; GRATÃO, L. H. A.; ROCHA, L. L.; DE CASTRO, I. R. R.; CANELLA, D. S.; HORTA, P. M.; MENDES, L. L. Evolution of food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis between 2008 and 2020. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, e09582023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7MpLq9gM6dLQsr8xzLH6Hqx/?format=html&lang=en> Acesso em: 08 set. 2025.
- LOUZADA, M. L. C.; CRUZ, G. L.; SILVA, K. A. A. N.; GRASSI, A. G. F.; ANDRADE, G. C.; RAUBER, F.; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C. A. Consumption of ultra-processed foods in Brazil: distribution and temporal evolution 2008–2018. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, 12, abr. 2023. DOI: 10.11606/s1518-8787.2023057004744. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10118420/>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- MENDES, L. L.; ROCHA, L. L.; BOTELHO, L. V.; MENEZES, M. C.; CASTRO JÚNIOR, P. C. P.; DA 33 CÂMARA, A. O.; CARDOSO, L. O.; RIBEIRO DE CASTRO, I.; HORTA, P. M.; PESSOA, M. C.; VEIROS, M. B.; CANELLA, D.



**INFLUÊNCIA DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS NA FORMAÇÃO DOS
HÁBITOS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

Menezes *et. al.*

S. Scientific research on food environments in Brazil: a scoping review. *Public Health Nutrition*, v. 26, n. 10, p. 2056–2065, 2023. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10564610/>. Acesso em: 07 set. 2025

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G.; MOUBARAC, J.-C.; BERTAZZI LEVY, R.; DA COSTA LOUZADA, M.L.; JAIME, P. C. The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultraprocessing. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 5–17, 2018. DOI:

10.1017/S1368980017000234. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10261019/>.

Acesso em: 08 set. 2025.

MORIGUCHI WATANABE, L.; BERNARDES PEREIRA DELFINO, H.; AUGUSTA DE SOUZA PINHEL, M.; NORONHA, N. Y.; MARIA DIANI, L.; CINTRA DO PRADO ASSUMPÇÃO, L.; et al. Food and Nutrition Public Policies in Brazil: From Malnutrition to Obesity. *Nutrients*, Basel, v. 14, n. 12, art. 2472, 2022. DOI: 10.3390/nu14122472. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/14/12/2472>. Acesso em: 08 set. 2025.

UNICEF. Alimentação na primeira infância: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-](https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentosatitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf)

[infancia_conhecimentosatitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentosatitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf). Acesso em: 07 set. 2025.

VEIGA, G. R. S.; PADILHA, B. M.; BARBOSA, L. B.; BRANDÃO, T. B. C.; FLORENCIO, T. M. M. T.; LIMA, M. C. Dietary patterns of children living in slums and their associated factors: a cross-sectional study, 2019-2022. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 33, e20231275, 2024. DOI: 10.1590/S2237-96222024v33e20231275. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11346682/>. Acesso em: 07 set. 2025.